

«UMA DAS GRANDES VANTAGENS DE SE DIZER A VERDADE É NÃO TER NECESSIDADE DE SE RECORDAR O QUE SE DISSE».

F. A.

# A Voz de LOULÉ

SEMANARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



PORTE  
PAGO

ANO XXVI

27-4-1978

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 672

Composição e Impressão

«GRÁFICA FDI'ORA»

Av. João Ferreira da Maia, 20  
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barral

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa  
Telef. 6 25 36 LOULÉ

EM CONSEQUÊNCIA DA «TENACIDADE» DO DR. TENAZINHA

## «A VOZ DE LOULÉ» DE NOVO EM TRIBUNAL

Descontente com as incorrectas atitudes de que foi alvo por parte do Dr. Eduardo Tenazinha, o colaborador de «A Voz de Loulé», Luís Pereira escreveu em Setembro de 1977 um artigo tecendo algumas críticas acerca do polémico comportamento daquele ex-dirigente do PSD.

O Dr. Tenazinha não teve a coragem de lhe responder e preferiu o Tribunal por se julgar ofendido.

Por esse motivo, Luís Pereira e o director de «A Voz de Loulé» foram avisados no dia 15 de Abril (sábado) de que seriam julgados em Portimão às 9.30 do dia 20.

Os 5 dias que a Lei prevê foram tão rigorosamente contados que, na verdade, ficaram reduzidos a 3, visto que o sábado e domingo, não são dias para resolver problemas oficiais.

A nós e a Luís Pereira pareceu-nos que seria desnecessário contactar com um advogado para tratar da causa, pois apenas nos interessa esclarecer a verdade.

Depois, pensamos que seria muito arriscado não levar advogado a Tribunal... Mas era tarde: não havia já nem tempo suficiente para estudar o problema e suas implicações nem talvez quem pu-

desse organizar o processo de defesa.

Inexperientes em matéria judicial, ignorávamos, porém, que estes casos estão previstos e que o Tribunal nomeara um advogado de fora de Portimão, que não nos conhecia e nada sabia do problema em causa.

...E na manhã do dia 20, lá foi (continua na pág. 2)

## Telefones do Algarve — que miséria!

Entre os aperfeiçoamentos e melhorias da nossa era tecnológica está, como é fastidiosamente consabido, o telefone.

O telefone é um poderoso e indubitavelmente assombroso meio de comunicação, que sem olhar a distâncias coloca os interlocutores em imediato contacto verbal.

O seu uso banalizou-se e é tido como um processo corrente e vulgar que entrou nos hábitos quotidianos.

Com efeito, face à sua generalização, aos serviços que proporciona e às vantagens que oferece, o telefone tornou-se um instrumento imprescindível, sendo intolerável a sua falta ou até mesmo as suas deficiências derivadas das respectivas redes e centrais de ligação.

No Algarve, como em qualquer outro ponto do País, está-lhe entregue portanto, um importante e nevrálgico papel no sector das telecomunicações em que se integra.

Quanto a isto não restam dúvidas (continua na pág. 5)

## O ZÉ ZOMBA DA AUSTERIDADE PALAVROSA DOS GLUTÕES

O Zé anda em pânico. Por todo o lado só ouve falar na austeridade como de papão se tratasse e está em crer que, não fora ela tão impopular lograria entrar na moda, como na moda anda o vestuário unisexo.

Com efeito a quem é que ape-

tece a austeridade, e o cinto apertado?

Já lá vai o tempo em que as senhoras usavam o espartilho bem cingido, mas isso era em exclusivo por via da elegância e não por outra razão menos fútil, fora dos ditames da moda então na berra. Demais, quem corre por gosto não cansa...

Se os vaticínios das carpideiras se confirmarem, não será necessário apertar mesmo o cinto, bastará ajustá-lo apenas à medida que a austeridade vai impondo as suas leis anatómicas.

Mas que o Zé anda desconfiado com a generalização da austeridade, anda sim senhor!

Já o disse aliás, alto e bom som, para quem o quizesse ouvir, que isso da igualdade é demagogia para iludir os mais incautos e pacóvios.

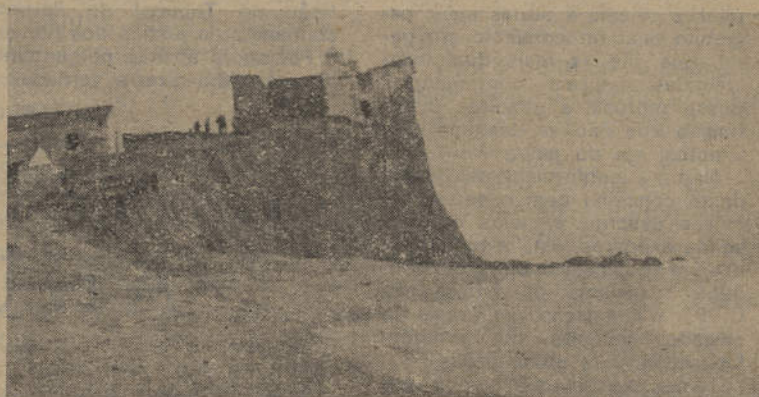
Ninguém pode admitir, portanto, que isso da austeridade vai servir igualmente, como chapéu de uma só medida a toda a gente, (continua na pág. 3)

## O FORTE NOVO E A INCOERÊNCIA DO PODER

por F. REBELLO

O intenso alarido feito em torno da demolição da igreja de Joane, no concelho de Famalicão,

mos menos que, aqui mesmo, dentro de casa, se tenha permitido a destruição de uma peça de irrefutável valor apenas por desmazelo.



evidencia uma vez mais a incoerência do sistema e a saltitante argumentação dos órgãos que lhe dão cobertura.

Lamentamos, obviamente, que se tenha consumado aquele atentado ao património artístico e histórico do País. Mas não lamenta-

Referimo-nos ao Forte Novo de Quarteira, que poucos conhecem e que, brevemente, ninguém poderá contemplar. Da airosa construção pouco mais resta que a frontaria e, mesmo essa não re-

(continua na pág. 3)

## AUXÍLIO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL A QUE OBRIGAS?

O título que encima este apontamento parecerá eivado de uma certa dose de resignação fatalista.

A sua interrogação insinua uma resposta algo humilhante para nós: a da sujeição aos condicionamentos do F. M. I.

No entanto, a dar fé às declarações dimanadas pelas mais responsáveis esferas governativas, o panorama não se reveste de tintas assim tão deprimentes. Portugal, embora parceiro pobre da Europa, prossegue nas negociações com o F. M. I. com o objectivo de conseguir um avultado e ingente empréstimo, mas não se dispõe a abdicar da sua dignidade, que colocaria em causa se submetesse aos ditames deste poderoso organismo financeiro.

As mesmas fontes aventam ainda a hipótese de ruptura, desde que o F. M. I. não se mostre receptivo às propostas portuguesas.

As negociações são compostas, afinal, não só de propostas como, inclusivé, de renúncias recíprocas

e de compromissos, igualmente comuns.

Não somos nós que vamos minimizar o melindre dessas negociações nem duvidar tão pouco da sinceridade das asserções proferidas, se bem que o sombrio espectro da periclitante economia nacional não deixa de pesar sobre a nossa posição, que é a de simples país peticionário.

(continua na pág. 7)

## AS FESTAS DO 1.º DE MAIO EM ALTE

De cunho iminentemente popular, esta festa de Maio, na pitoresca aldeia de Alte é uma manifestação onde acorrem milhares de pessoas.

Os festejos decorrem num cenário maravilhoso, junto a uma ribeira de água férrea e cristalina, entalada entre quatro montes de frondosas árvores onde, à sua

sombra, se petisca e se baila numa esufiante alegria popular.

De realçar o concurso de danças folclóricas, venda dos tradicionais «ramos», actuação de bandas filarmónicas, barracas típicas com comidas e de artesanato local.

As festas de 1978 terão a colaboração da Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Faro e dos Ranchos folclóricos da Casa do Povo de Almeirim, do Rancho de Santo Estêvão e do Rancho da Casa do Povo de Alte.

A propósito do Encontro em Tavira da Imprensa Regional

## PONTO FINAL

Finalmente, a Imprensa Regional parece acordar daquela espécie de letargia habitual em que se

escreveu

— PEDRO GOMES —

tem mergulhado para assumir de uma vez para sempre todas as responsabilidades que lhe cabe no xadrez da informação.

A luta por qualquer coisa mais que não seja apenas uma continuação do hábito de pensar pequeno ficou bem patenteada nas conclusões a que chegaram os homens da Informação do Algarve reunidos no passado fim de semana no complexo hoteleiro das pedras d'El Rei.

Com efeito, o quinto e quinquagésimo aniversários do jornal (continua na pág. 5)

«O 25 DE ABRIL É UMA DATA HISTÓRICA: MARCOU O FIM DE UM IMPÉRIO QUE FOI GRANDE ENTRE OS MAIORES E AMPLIOU, AINDA MAIS, AS FRONTEIRAS DE UM PAÍS QUE JÁ ERA O MAIOR IMPÉRIO DO MUNDO: A UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS».

F.



## «A VOZ DE LOULÉ» DE NOVO EM TRIBUNAL

(continuação da pág. 1)  
môs até Portimão acompanhados das testemunhas e de várias outras pessoas interessadas em assistir ao decorrer dos acontecimentos.

Viagem em vão, com preciosa perda de tempo, gastos de gasolina, etc.

As testemunhas do ofendido (?) não compareceram.

O julgamento foi adiado.

## Loulé reivindica a instalação de um entreposto ferroviário

(continuação da pág. 1)  
tanto mais que são certas empresas de reconhecida utilidade pública, como as farmácias, o hospital, o cinema e outras mais, para não falar no comércio em geral, que são as mais duramente atingidas pelas contingências dessa morosa e absoluta distribuição que não se coaduna com a actual era do jacto.

Não se conformam as gentes deste concelho com o estado de coisas descrito e, pelos motivos acima expostos, está a tomar forma um movimento colectivo tendente a reclamar da direcção da C. P., a instalação em Loulé do ansiado depósito ou armazém ferroviário para encomendas.

Temos notícia de que o número de adesões se avoluma dia a dia, o que confirma o interesse suscitado à volta desta compreensiva pretensão.

Dentro em breve a lista será remetida a quem de direito para resolução, que esperamos seja positiva, pois a reivindicação representa uma justa vontade do povo.

«A Voz de Loulé» solidariza-se e apoia o movimento em curso e formula das suas colunas um apelo dirigido aos responsáveis da C. P., no sentido de atenderem, dentro da brevidade possível, esta legítima aspiração.



LEONILDO DA CONCEIÇÃO

### MISSA

1 ANO DE SAUDADE

Seus irmãos participam a todas as pessoas amigas e de suas relações que, sufragando a alma do saudoso extinto, será rezada missa na Igreja Matriz, no próximo dia 1 de Maio, pelas 11 horas, agradecendo antecipadamente a todas as pessoas que se dignem participar neste piedoso acto.

Entretanto, as pessoas que conhecem os factos que originaram esta disputa judicial perguntam o porquê desta acção em Tribunal em que o Dr. Tenazinha pretende acusar aqueles a quem ofendeu tão sádica e injustamente.

Luís Pereira e o director deste jornal irão demonstrar, em pleno Tribunal, palavra por palavra, a razão de ser e as causas que justificaram os termos utilizados por Luís Pereira, no artigo em discussão.

Dessa forma todas as pessoas que assistirem ao julgamento ficarão sabendo quem é o Dr. Eduardo Tenazinha, o que será péssimo para um ex-político e pouco edificante para um Delegado do Ministério Público.

Concordamos que é extremamente melindrosa a nossa posição face às funções que o Dr. Tenazinha exerce, mas a verdade é que não nos cabe qualquer réstea de culpa no desenrolar dos acontecimentos.

No dia 31 de Maio, pelas 15 horas, 2 homens da imprensa estarão no Tribunal de Portimão confiantes na justiça dos homens.

Por agora apenas perguntamos: já será crime dizer a verdade?

J. M. BARROS

«A Voz de Loulé» n.º 672, 27-4-78

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

## ANÚNCIO

(2.ª publicação)

FAZ-SE saber que na Acção com Processo Sumário n.º 13/78, a correr termos pela Secção Auxiliar deste Tribunal Judicial de Loulé, movida pelos A. A. — Irene Paulino Santana e marido Manuel Dionísio Madeira, residentes na Av. José da Costa Mealha, n.º 178, em Loulé, contra os R. R. JOAQUIM GONÇALVES PAULINO, solteiro, maior, ausente em parte incerta do estrangeiro, com o último domicílio conhecido no sítio da Pedragosa, freguesia de S. Clemente — LOULÉ, e ANTÓNIO MATIAS TOMÉ, solteiro, maior, também ausente em parte incerta do estrangeiro, com o último domicílio conhecido no lugar de Betunes — S. Clemente — LOULÉ, são estes R. R. CITADOS para contestarem, apresentando a sua defesa no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias.

### Mecânico - Oferece-se

Especializado em motores diesel e a gasolina, com carta de cuidados e serviço militar cumprido.

Nesta redacção se informa. (3-2)

### SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-99, de fls. 115, v.º a 118, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial outorgada ontem, na qual Manuel da Encarnação Rocheta, solteiro, maior, residente no sítio da Campina de Cima, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, se declarou dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano, constituído por uma morada de casas térreas, com vários comparti-

mentos para habitação e quintal, situado na antiga Rua do Chafariz da Campina de Cima, actual Rua Diogo Lobo Pereira, desta vila e freguesia de São Clemente, confrontando actual e correctamente, do norte com passagem, do nascente com Carlos Rocheta, do sul com a dita Rua Diogo Lobo Pereira e do poente com Eduardo dos Anjos Costa, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial, em seu nome, sob o artigo número oitocentos e noventa e seis, com o valor matricial de cinco mil oitocentos e oitenta escudos, e a que atribui o de vinte mil escudos;

Que este prédio lhe pertence, por o haver comprado pelo preço de dois mil escudos, a José Maria Martins Cabrita e mulher, Maria Zulmira da Fonseca Macedo, residentes nesta vila, por escritura de doze de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis, lavrada a folhas cem, do livro número dezasseis-B, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria;

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um do Código do Registo Predial, não é a referida escritura título suficiente para registo; — a verdade, porém, é que,

Os transmitentes, os aludidos José Maria Martins Cabrita, e mulher eram por sua vez, donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrem, do prédio supra descrito e então vendido, por o haverem comprado, pelo preço de mil e quinhentos escudos, a António Madeira e mulher, Maria Gertrudes, residentes no aludido sítio da Campina de Cima, desta vila, por escritura de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, lavrada a folhas cinquenta e seis, verso, do livro número dezasseis-C, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria; — por sua vez, os transmitentes António Madeira e mulher, eram donos e legítimos possuidores do mesmo prédio então vendido, por o haverem comprado em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e um, a Carlos Rocheta e mulher, Maria Francisca, residentes no mencionado sítio da Campina de Cima, por preço que ignora e por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública, consignando-se ainda, para completo esclarecimento e dedução do trato sucessivo, até onde lhe é possível;

Que os aludidos Carlos Rocheta e mulher, haviam adquirido o prédio supra descrito e então vendido a Manuel Marçal Correia e mulher, Maria Isabel, por escritura de dezoito de Setembro de mil novecentos e trín-

ta e nove, lavrada de folhas trinta e seis, do livro número oitenta e cinco, de notas para escrituras de valor indeterminado ou superior a mil escudos, excepto partilhas, da antiga secção desta Secretaria, actual Segundo Cartório, e que por sua vez estes últimos, o haviam comprado a Francisco da Encarnação, viúvo, que foi residente no aludido sítio da Campina de Cima, por escritura de um de Fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, lavrada a folhas oitenta e nove, do livro número quarenta e nove-A, de notas para actos e contratos entre vivos, com exclusão dos de valor não superior a mil escudos e das partilhas de qualquer valor, do falecido notário que foi desta comarca, Bacharel João Augusto de Melo e Sabo, cujo arquivo transitou para a antiga secção desta Secretaria, actual Primeiro Cartório.

Que o prédio supra descrito se encontra omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, tal como aliás consta das duas escrituras mais antigas, que acabam de ser mencionadas, e não se encontra descrito na mesma Conservatória, sob o número vinte e três mil oitocentos e setenta e sete, a folhas vinte e seis, do livro B-sessenta e um, como por, manifesto lapso, consta das escrituras mais modernas, pois foi o aludido prédio confundido com outro pertencente ao transmitente Carlos Rocheta, mas que o mesmo havia adquirido em data muito anterior, pelo que devem as aludidas escrituras lavradas, respectivamente, em vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, e doze de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis, considerar-se rectificadas, tão somente nessa parte;

Que em face do exposto, não tem ele justificante possibilidade de comprovar a transmissão do prédio supra descrito de Carlos Rocheta para António Madeira, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

### CARIMBOS

Executam-se na  
GRÁFICA LOULETANA  
Rua Marechal Gomes da Costa  
Telef. 62536 — LOULÉ

### Artigos de Boutique

Vende-se projectores, manequins e expositores em bom estado, para boutiques e diversos artigos de «Pronto a vestir». Tratar com Mini-Mercado Heidi — Telef. 65611 — QUARTEIRA. (3-3)

## CANALIZADOR

### PRECISA-SE

Com tarracha própria. Não é necessário ter experiência.

Contactar Vila 401 — Vale do Lobo ou telef. 94169 — ALMANSIL



## O Zé zomba da austeridade

(continuação da pág. 1)

basta olhar ao que se passa ao seu redor, por esse país fora... e quanto mais não fora ao que os jornais dizem e, barafustam. Ai, é de bradar aos céus!

Pois sim, muitos são os ouvidos de mercador e falsos samaritanos que só de prevenção contra as «vacas magras» enchem as despensas. Mas a ver bem, quem poderá levar a mal que cada um, segundo as suas possibilidades e necessidades, se previna o mais acatadamente possível?

«Homem prevenido vale por dois», segundo diz um velho ditado popular, daqueles que o Zé traz sempre na ponta da língua e aplica segundo os casos e as ocasiões.

Não será contra esses que o Zé se insurgirá, decerto.

O Zé aliás está a pensar noutra coisa, do género farisaico, que se está borifando para a sua «austeridade» mas que espera muito da austeridade dos outros.

Como sempre o problema gira em torno da igualdade: a austeridade de uns não poderá ser igualzinha à austeridade alheia.

A aritmética da austeridade não é igual para todos e os contrastes permanecerão, quer queiram quer não, a falar e a contar como gente.

Há quem não tenha medo da austeridade. Olha que admiração! O Zé Ninguém

# Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, L.<sup>da</sup>

## QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Notário — Henrique Vaz Lacerda

**CERTIFICADO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO:** — Que por escritura de 31 de Março de 1978, lavrada de folhas 16 a folhas 19 verso, do livro número H-10, de notas para escrituras diversas deste cartório, Ocean Bridge N. V. e Portresort Investment N. V. ambas sociedades comerciais constituídas nos termos e de harmonia com as leis das Antilhas Holandesas, com sede em Curaçau são ao presente, com excepção da própria sociedade, as únicas sócias da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «EMPRESA TURÍSTICA VALE DO LOBO DO ALGARVE, LIMITADA», com sede na Rua José Estêvão, número três, primeiro andar, em Faro, sociedade esta que ao presente se encontra em liquidação, por

haver sido dissolvida e posta em liquidação voluntária e na qual ainda se encontra, nos termos da escritura lavrada aos 14 de Fevereiro de 1975, de folhas 50 a folhas 52, do livro número A-77, das notas deste cartório, e nessa qualidade, deliberam e levaram a efeito:

a) — Unificaram numa única quota do valor nominal de 3 333 500\$ as quatro quotas que a sócia Portresort Investment N. V., possuía na indicada sociedade «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Limitada».

b) — Foi retirada a dita sociedade do estado de dissolução e liquidação em que se encontrava e, consequentemente, determinado que a mesma retomasse o seu ritmo normal, deixando consequentemente de ter quaisquer funções, a partir da data desta escritura, o liquidatário que havia sido nomeado na citada escritura que foi posta no dito estado de dissolução e liquidação.

c) — Foi mudada a sede social e remodelados os respectivos estatutos da dita «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Limitada», que passaram a ser os seguintes:

«ARTIGO PRIMEIRO — UM — A sociedade tem a denominação de EMPRESA TURÍSTICA VALE DO LOBO DO ALGARVE, LIMITADA, podendo usar a denominação abreviada de «Vale do Lobo, Limitada».

DOIS — A sociedade tem a sua sede no sítio do Vale do Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé.

TRÊS — A sociedade, mediante prévia deliberação do conselho de administração, poderá estabelecer sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação em quaisquer outros locais do País, desde que o considere útil aos interesses sociais.

QUATRO — A sociedade mediante prévia deliberação do conselho de administração, poderá também transferir a sede social para qualquer outro local do País.

ARTIGO SEGUNDO — A duração da sociedade continua por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO — A sociedade tem por objecto:

a) o exercício de quaisquer actividades relacionadas com o turismo;

b) a compra e venda de prédios rústicos ou urbanos;

c) o aproveitamento em todas as suas modalidades, de quaisquer imóveis, próprios ou alheios;

d) a administração de bens alheios;

e) a indústria da construção civil;

f) qualquer outra actividade a que a sociedade, mediante prévia deliberação da assembleia geral, resolva dedicar-se.

ARTIGO QUARTO — UM — O capital social é a quantia de DEZ MILHÕES SEISCENTOS E SESENTA E SETE MIL ESCUDOS, encontra-se integralmente realizado, estando representado pelos diversos valores do activo social sujeitos à obrigação do respectivo passivo conforme a escrituração, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma quota de três milhões trezentos e trinta e três mil e quinhentos escudos pertencente ao sócio Ocean Bridge N. V., uma quota de quatro milhões de escudos pertencente à própria sociedade, e uma quota de três milhões trezentos trinta e três mil e quinhentos escudos, pertencente ao sócio Portresort Investment N. V.

DOIS — Só por deliberação unânime de todos os sócios poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital. Qualquer sócio, poderá, porém, fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que os sócios acordarem em assembleia geral.

ARTIGO QUINTO — UM — É livre a cessão de quotas entre os sócios.

DOIS — A cessão de quotas, total ou parcial, a terceiros, só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade e de todos os sócios.

ARTIGO SEXTO — UM — A administração dos negócios sociais e a representação da sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, incumbem a um conselho de administração.

DOIS — O conselho de administração será composto por dois a sete membros, eleitos em assembleia geral, por períodos de três anos e reelegíveis.

TRÊS — O conselho de administração poderá nomear, de entre os seus membros, um presidente e um vice-presidente.

QUATRO — A sociedade obriga-se:

a) pela assinatura do presidente do conselho de administração;

b) pela assinatura do vice-presidente do conselho de administração;

c) pela assinatura conjunta de quaisquer dois dos seus administradores;

d) pela assinatura de um administrador em conjunto com um procurador com poderes especiais para o efeito.

e) pela assinatura de um ou mais procuradores nos termos e limites dos respectivos mandatos.

CINCO — A sociedade poderá nomear procuradores, que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites constantes dos respectivos mandatos.

SEIS — A sociedade não

pode ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor ou em actos ou documentos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO SÉTIMO — As assembleias gerais, quando a lei não impuser forma especial de convocação, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, para as moradas constantes dos registos sociais, com antecedência não inferior a dez dias.

ARTIGO OITAVO — Os sócios que forem pessoas colectivas far-se-ão representar na sociedade, ou em qualquer cargo dela para que hajam sido eleitos, pela pessoa ou pessoas a quem a sua representação legalmente pertencer ou pela pessoa para o efeito indicada por escrito à sociedade em simples carta.

ARTIGO NONO — Os balanços serão anuais e encerrados em trinta e um de Dezembro de cada ano.

DOIS — Os lucros líquidos neles apurados, depois de deduzida a percentagem para o Fundo de Reserva Legal, sempre que a tal houver lugar, serão postos à disposição da assembleia geral para os fins que esta tiver por convenientes.

Está de conformidade com o original, e que na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Lisboa, seis de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O 3.º Ajudante do Cartório, Clemilde do Patrocínio Anacleto

## SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

Primeiro Cartório a cargo do Notário Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

## CERTIFICADO:

Que a presente fotocópia, composta de oito folhas, e extraída do documento que me foi apresentado e restituí, vai conforme ao original, bem como certifico que o mesmo documento tem apostos seis selos brancos, que a fotocópia não reproduz, com os seguintes dizeres: «Quarto Cartório Notarial de Lisboa — República Portuguesa».

Secretaria Notarial de Loulé, quinze de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O Segundo Ajudante, Fernanda Fontes Santana

## Para o seu marido não sair de casa

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si, minha senhora, compre um Maple na CASA SIMÃO — Telefone 62210 — LOULÉ.

## O FORTE NOVO E A INCOERÊNCIA DO PODER

(continuação da pág. 1)

sistirá às sucessivas arremetidas do mar.

Como não se vislumbram indícios de os poderes públicos se empenharem na salvação do pouco que resta, aqui deixamos, em jeito de acusação a quem deve fazer e não faz, alguns apontamentos sobre o monumento.

Segundo o general João de Almeida, trata-se (tratava-se) de um edifício fortificado construído, por mandado de D. João III, sobre as ruínas de um castro lusitano que outrora abrigava uma povoação marítima e destinado a defender a pequena enseada contra os ataques dos corsários e do qual restam as ruínas da torre do vale da Pocariça, destinada a servir de atalaia à aproximação dos piratas.

Durante a guerra da restauração de 1640 e mais tarde, nos fins do século XVIII, foi restaurado, ficando então com a forma de estrela de quatro pontas, configuração que exibia até que, há cerca de 3 anos, o mar iniciou a sua obra devastadora. Em tempos recentes, serviu de quartel do posto da Guarda Fiscal.

Para quem tenha acompanhado o implacável avanço do mar no litoral do concelho de Loulé, o que se está a passar tinha o selo de inevitável desde que nenhuma obra de protecção se lhe opusesse. Sobretudo a partir da construção dos esporões de Quarteira, tornou-se iminente a alteração da fisionomia costeira a sotavento daquelas obras. Há cerca de 5 anos foram colocadas na base da falésia algumas toneladas de blocos de pedra que ainda constituíram um efémero obstáculo ao avanço do mar. Entretanto, veio a gloriosa revolução dos cravos e, pouco depois, o Forte Novo foi classificado como Monumento Nacional. Pensou-se, legitimamente, que o novo estatuto daria lugar a correspondentes e adequados cuidados tanto mais que a simples execução de um pequeno esporão a nascente do edifício daria lugar à retenção de areias em quantidade suficiente para colocar o «novo» monumento nacional em segurança. Para ilusão, pois para além da classificação o que se fez foi simplesmente nada!

Os meios de comunicação, que tão encarniçadamente denunciaram e condenaram a destruição da igreja românica de Joane, não encontraram uma tímida palavra de lamentação para o caso do Forte Novo esquecendo, entre outras coisas, que se o Algarve foi prodigamente favorecido pela natureza, pouco contemplado foi pelos homens, visível como é a nossa pobreza em valores monumentais.

Tudo isto tem um amargo sabor a ironia. Mas perante o es-palhafato feito a propósito da igreja de Joane parece que, uma vez mais, à ironia se juntou a hipocrisia.

LOULÉ



JOAQUIM RAMOS FAÍSCA

## AGRADECIMENTO

Sua esposa, filha e genro ainda sob a influência do duro golpe que sofreram com a perda inesperada do seu ente querido, vem a público manifestar o seu agradecimento a todos quantos, no terrível transe por que passaram, procuraram trazer o seu conforto, demonstrativo de real amizade e de espírito cristão.

Igualmente agradecem a todas as pessoas que tiveram a bondade de acompanhar à sua última morada o saudoso extinto, numa demonstração de amizade que não podem esquecer.



## Notícias de Salir

Acometido de doença grave, faleceu no passado dia 5 no hospital de Faro para onde havia sido transportado de urgência, o sr. António Rosa da Assunção, de 81 anos de idade, viúvo, residente no sítio das Barrosas, desta freguesia.

António da Assunção, caçador afamado e poeta popular, era pessoa bastante conhecida e estimada em toda a redondeza.

Improvizava as suas quadras e anedotas com a maior facilidade e a sua memória privilegiada fixava-as de tal maneira que era um perfeito gravador na reprodução. Não recorria à escrita porque mal sabia ler e escrever.

A sua obra é vastíssima e é de lamentar que não tenha sido totalmente recolhida como bem o justificava. Mais tarde se lhe daria o merecido realce. Sem dúvida se perdeu assim um valor da poesia popular.

A Radiotelevisão Portuguesa, num programa que há tempo dedicou a Salir, incluiu alguns números da autoria do «Ti Assunção» e que ele próprio interpretou.

Com o seu trato simples e alegre, conseguiu grangear a amizade e simpatia em todos que o conheciam, e por isso, o seu desaparecimento deixa muita pena. O funeral, que se realizou para o cemitério de Salir, foi muito concorrido, constituindo profunda manifestação de pesar.

Nasceu pobre e pobre viveu, assim atesta uma das suas últimas quadras dedicada à casa da sua habitação, e que a seguir reproduzimos tal qual como ele há cerca de um mês a disse para escrever e gravar.

C.

A minha casa está perdida  
É uma pouca vergonha  
Nem caiada nem varrida  
É só traças de aranha.

Parece a casa dos ratos  
Não é casa nem casão  
Mas é boa pra criação  
De toda a banda saem ratos  
Não me servem de nada os gatos  
Nem à entrada nem à saída  
É triste a minha vida  
Que isto está pra dar e ter  
E não sei como hei-de viver  
A minha casa está perdida.

## RESTAURANTE

### TRESPASSA-SE

Tratar na Rua Pedro Nunes, 14 — LOULÉ.

(3-1)

### Trespassa-se

Farmácia Cavaco em Boliquireme.

Informa pelo Te'ef. 66274 — BOLIQUIREME.

(2-1)

A minha casa não vão  
Os meus amigos me visitar  
São má de me encontrar  
Só numa combinação  
E os ratos que lá estão  
Gato nenhum os apanha  
É um bicho de tanta manha  
Que só trabalha de noite  
Eu não sei o que lhe conte  
É uma pouca vergonha

Apareceu-me um formigueiro  
Das formigas da semente  
Eu não estou já contente  
Vão-me estragando o celeiro  
A casa e o palheiro  
Vai-se-me acabando a comida  
A madeira está partida  
Cai-me tudo num moitão  
A casa do Assunção  
Nem caiada nem varrida

A parede e o telhado  
Já me tem vindo a pensar  
Parece mesmo um tear  
Com tanto fio pendurado  
É a casa dum desgraçado  
Tão sozinho e sem companhia  
Com uma paixão tamanha  
Eu tenho que me aguentar  
Mas em casa não posso estar  
É só traças de aranha.

## LABORATÓRIO CHAGAS, LDA.

### SECRETARIA NOTARIAL

#### DE LOULÉ

#### 2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria  
Odília Simão Cavaco  
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 17 do mês corrente, lavrada de fls. 10 a 12, do livro n.º B-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Emídio do Carmo Chagas, Maria Graciete de Jesus Mestre do Carmo Chagas e Maria Isete Romero Chagas, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a denominação de «Laboratório Chagas, Lda.», e tem a sua sede provisoriamente na Rua de S. Domingos, 3, na freguesia de São Clemente, na vila e concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado a partir desta data.

2.º — O seu objecto consiste na exploração de um laboratório de análises clínicas, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade que a sociedade delibere explorar e não seja proibida por lei.

## JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

### SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

#### 1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno  
António da Rosa Pereira  
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-99, de fls. 112, v.º a 114, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada ontem, na qual Maria da Glória Aleixo de Sousa, solteira, maior, residente nesta vila de Loulé, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terreno de semear, com árvores, no sítio dos Barros da Fonte Santa, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do norte

com caminho, do nascente com Francisco Filipe Viegas, do sul com Francisco Patinha, e do poente com Maria Tomáia de Aragão Faísca, omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme se infere duma certidão lá passada no dia 7 do mês corrente, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número oitocentos e setenta e nove, com o valor matricial de dois mil cento e vinte escudos, e a que atribui o de vinte mil escudos.

Que é titular da referida inscrição matricial Joaquim de Sousa Coelho, de quem ela justificante o adquiriu; com efeito,

Em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte e três, seus pais — o referido Joaquim de Sousa Coelho e mulher, Emília de Jesus Aleixo, naturais da freguesia de São Clemente, deste concelho, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, e que foram residentes no sítio do Poço da Amoreira, desta freguesia, antes de se ausentarem para França, onde vieram a falecer — doaram-lhe sem qualquer reserva ou encargo e por forças das suas quotas disponíveis, o prédio rústico, supra descrito, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a data da referida doação, portanto há muito mais de trinta anos, sempre ela justificante tem vindo a possuir, o prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriu por usucapião.

Que em face do exposto, não tem ela justificante possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,  
Fernanda Fontes Santana

### VENDE-SE

Forgon pesado, marca Benford, próprio para feirante ou mercadorias, com caixa metálica fechada. Informa Café Hilário (junto aos Bombeiros) — LOULÉ.

## QUIOSQUE

### «ELE E ELA»

(Frente aos Correios de Loulé)

Informa os seus estimados clientes de que já tem à venda (além de outros), os jornais «Diário de Notícias», «Capital» e «A Bola».

## FALECIMENTOS

Faleceu em casa de sua residência no Palmeiral (Loulé) no passado dia 15 de Abril o sr. Joaquim Guerreiro Cecília, que contava 83 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Maria de Jesus.

O saudoso extinto era pai da sr.ª D. Maria de Brito Gomes, casada com o sr. Joaquim Canteiro Coelho, D. Gertrudes de Brito Gomes, casada com o sr. Joaquim Sousa Alho, D. Maria do Carmo Brito Gomes, casada com o sr. Manuel dos Santos Coelho, residentes nos E. U. A., D. Cândida de Brito Cecília, casada com o sr. Joaquim Sousa Pereira e do sr. Manuel Guerreiro Gomes, casado com a sr.ª D. Ângela de Sousa Matos Lima e era avô das sr.ªs D. Maria Filomena Gomes Coelho, D. Alda Gomes Coelho, D. Maria Helena Cecília Pereira, D. Evelina Coelho e dos srs. Manuel Coelho e Ricardino Cecília Lima. Deixou 4 bisnetos.

Faleceu no Hospital de Faro no passado dia 12 de Abril o sr. José Alcaria Renda que contava 58 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Rosa Madeira Mendes.

O saudoso extinto era pai do sr. Norberto José Mendes Renda, casado com a sr.ª D. Ilda Maria Neves Gonçalves e era avô de Natália Gonçalves Renda.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

## PRECISA-SE

Vendedor área Algarve, residente entre Faro e Loulé. Conhecimentos de material e equipamentos electromecânicos c/ carta de condução. Indicar curriculum vitae e ordenado pretendido. Entrada imediata. Resposta ao jornal ao n.º 41.

## OFERECE-SE

### EMPREGO

A serralheiro - electricista - montador, com experiência em montagens de bombas de água.

Nesta redacção se informa.

## EMPREGADA

Precisa-se para boutique no Centro Comercial da Marina em Vilamoura, loja 24.

De preferência que saiba Francês e Inglês. Indicar referências c/ fotografia, para «Mina's shop», Av. João XXI, 16, r/c, Dt.º — LISBOA-1.

Anuncie em «A Voz de Loulé»

## Verão Madeira 78

PARTIDAS SEMANAIS DE MAIO A OUTUBRO

EM MAIO E JUNHO

FÉRIAS ECONÓMICAS.

SURPRESA/BÓNUS TURALGARVE

UMA SEMANA DESDE ESC. 2.990\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

EM LOULÉ

Praça da República, 98 - 100 — Telef. 6 21 43 - 6 21 44

## TURALGARVE

7.º — As Assembleias Gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, com aviso de recepção, dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 21 de Março de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana



## CARTAS AO DIRECTOR

## Volta a Portugal em Bicicleta

Loulé, 12 de Abril de 1978.  
Ex.mo Sr.  
Director de «A Voz de Loulé»  
— Loulé.  
Amigo e sr.  
Os meus respeitosos cumprimentos.

Acerca duma notícia publicada no jornal «A Voz de Loulé» e ligada com uma informação sobre a 40.ª Volta a Portugal em Bicicleta, permita-me fazer uma correcção a esse apontamento noticioso já que, tal como se apresenta, o mesmo concorre para uma informação tão injusta como menos verdadeira.

A Volta a Portugal em Bicicleta não deverá vir ao Algarve e neste caso especial a Loulé, por consideração seja de quem for, mas, isso sim, pela razão de que esta Província — com particular relevo para Loulé e Tavira — é uma zona do país onde a velocidade ganhou foros de tradição e muito tem contribuído, à sua escala e dimensão, para o desenvolvimento da modalidade.

Por esta e só por esta razão, que por si só é mais que suficiente, é que a Volta a Portugal em Bicicleta não deverá nunca alhear-se da Província do Algarve.

Afinal, quem é José Teixeira para que a grande festa popular que é, sem dúvida, a Volta a Portugal em Bicicleta, venha ao sul do país, por sua consideração?

Para melhor esclarecimento, permita-me mais dizer ainda que a Volta a Portugal, na sua edição/78, vem ao Algarve e pára

por um dia em Loulé, porque a Associação de Ciclismo de Faro não querendo perder o ensejo de ver a prova-rainha do ciclismo nacional na área da sua jurisdição, assumiu a responsabilidade, por contrato assinado, de pagar à Comissão Organizadora a importância de 80 000\$00.

Assim, se com a consideração que é tida pelo Secretário Geral da Associação de Ciclismo de Faro esta se vê obrigada a desembolsar oito dezenas de contos, quanto custaria então a presença da 40.ª Volta a Portugal em Bicicleta, aqui em Loulé, sem a dita consideração por José Teixeira?

É esta pois, sr. Director, a verdade nua e crua, serena e fria, sem mistificações.

José Teixeira

**NOTA DA REDACÇÃO** — Aceitamos a explicação do nosso prezado amigo sr. José Teixeira como testemunho duma modéstia que lhe fica bem, mas temos que acrescentar que, sem a força da sua persistência, e sem a extraordinária carolice pelo ciclismo que o anima no árduo trabalho que realiza, estamos plenamente convencidos que a Volta a Portugal também este ano não passaria pelo Algarve.

A verdade é que nestas coisas é necessário que haja alguém que se esforce por encontrar soluções para os problemas que surgem. E José Teixeira é de facto um dos homens que está dinamizando o ciclismo no Algarve.

## TELEFONES DO ALGARVE

## — QUE MISÉRIA!

(continuação da pág. 1)  
das algumas. Mas, evidentemente, não é uma superficial apologia ao telefone que nos move e nos induz a tecer-lhe esta alusão incipiente.

O que efectivamente pretendemos focar aqui é o contraste notado entre os seus atributos e as anomalias (essas sim) que os telefones das redes do Algarve, com frequência indesejável denunciam, contrariando (mais do que o razoável) as impacientes intenções dos utentes que a eles recorrem para múltiplos fins, alguns dos quais, e não poucos, de teor urgente.

Quantas e quantas vezes, com o sinal de desimpedido nos ouvidos o utente perde mais tempo a disar do que propriamente a utilizar-se do aparelho?

Alguma coisa não está por certo a correr bem, possivelmente no aspecto da assistência a que o sistema telefónico é particularmente sensível.

Se estas deficiências são agora notórias, numa ocasião em que o uso destes aparelhos é menos solicitado, que fará então no período estival, quando a popula-

ção do Algarve cresce desmesuradamente?

Então aí as dificuldades devem assumir contornos desesperantes e até lesivos.

Estamos-nos a lembrar de certos turistas que durante as suas férias não renunciam ao telefone, pois este permite-lhes acompanhar a marcha dos seus negócios.

Casualmente, por pura coincidência, tivemos conhecimento que o número de guarda-fios no Algarve é menor que no Baixo-Alentejo. Se assim é, e se isso se relaciona com a afinação dos telefones (como cremos) temos uma explicação para as deficiências assinaladas.

De qualquer forma, seja por esta razão ou por outras, compete-nos chamar a atenção de quem de direito para o precário funcionamento dos telefones nesta província, no sentido de providenciar o seu normal funcionamento.

Se mais vale prevenir que remediar, parece-nos que se deve acudir a tempo e horas, antes que, parafraseando outra sentença popular, se diga acerca dos telefones do Algarve: — Quem quer vai, quem não quer telefona.

## PONTO FINAL

(continuação da pág. 1)

«O Távira» e do Ginásio Clube de Tavira, foram protesto para uma positiva e proveitosa sessão de trabalho dos homens ligados à Imprensa Regional.

Ressaltou daquele encontro que a Imprensa Não Diária está disposta a não se deixar empurrar para a órbita da notícia simples, mas, sim, abrir os braços de encontro a novas técnicas informativas condizentes com a realidade que somos.

Por outro lado, é evidente que a falta de estruturas de apoio que nos permitam avançar para vãos mais amplos, condicionam desde logo todas as ambições que o nosso bairrismo e o amor à camisola faz sentir dentro de nós.

Daí, que tenha sido proposto a criação no Algarve de uma Associação de Jornalistas amadores onde fosse possível a frequência de cursos de formação que logicamente só viriam engrandecer a bagagem não só daqueles que se esforçam para que a Imprensa na nossa terra não tenha os dias contados, como, também, o próprio jornalismo em si.

Foi com pesar que se focou a crise monetária com que se debatem os jornais algarvios, a proliferação indefinida de órgãos de informação que se verifica no País e, o descaramento de certo género de imprensa perita em aconselhar a exortação à violência.

Um membro da delegação de «A Voz de Loulé», num improviso que mereceu a melhor atenção de todos disse a propósito: — «A bandeira de cada jornal, independentemente da sua autonomia e da linha editorial que o mesmo entende dever seguir, deverá ser única e exclusivamente a bandeira da verdade.

Uma verdade por cada jornal, além de não dignificar a Imprensa, não se identifica nem de perto nem de longe com os interesses que os leitores e o povo português reconhecem como seus.

Informar para formar é a função da Imprensa como todos nós sabemos.

Isto é importante não escrever para que se não venha a prestar um mau serviço à democracia. Para além disso, um jornal deve ser sereno, pluralista e digno não só no processo como também nas intenções.

É isto, que muitos panfletos políticos que se dizem jornais independentes ao serviço do povo e de uma democracia que dão mostras não conhecer, tardam em compreender.

Nós, homens de Imprensa, devemos ser coerentes em todas as nossas atitudes. Devemos louvar as ideias sempre que estas sejam válidas e dignas para o merecer, ou, por outro lado, desencorajá-las e criticá-las acerrimamente quando se vislumbra que por detrás das suas intenções há algo que não interessa recomendar. É precisamente aqui que o jornalista tem uma difícil e ingrata missão a cumprir — louvar e acarinhar o que está bem, e criticar logicamente o que está mal.

Criticar, como sabem, é difícil. E, por vezes até, bastante perigoso. As pessoas entendem que uma crítica é mais um ataque pessoal a si próprias do que uma discordância às suas ideias ou às suas actuações.

Errar, é próprio do homem. É um facto. E quando isto acontece, o jornalista (que como homem que é também erra) tem por missão dizer quem errou e onde errou sem contudo fazer guerra ao próprio homem.

Parafraseando António Sérgio direi mesmo que a função do jornalista é fazer guerra às acções e às intenções se tirar a paz aos homens.

É evidente que muitas vezes o desencanto que se apodera do homem da Informação leva-o a ser um pouco mais agressivo e acutilante na forma de contar as coisas ao escrever a notícia.

Isto, já aconteceu comigo. Acontece com vários, e acontece habitualmente com todos aqueles jovens que fazem o seu tirocinio nesta coisa de escrever para os jornais.

Daí, que muitas vezes à partida sofram alguns dissabores fruto puro e simples de emoções de momento que a sua inexperiência ainda não calejou.

Estar na imprensa mesmo em regime de mercenarismo como é o nosso caso, não é tão fácil assim.

Cada palavra que se escreve poderá ser uma fátoria que se

A Voz de Loulé, n.º 672, 27-4-1978

TRIBUNAL JUDICIAL  
DA COMARCA  
DE LOULÉ

## ANUNCIO

(1.ª publicação)

FAZ-SE saber que nos autos de SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO, a correr termos na Secção Auxiliar deste Tribunal Judicial de Loulé, com o n.º 18/78, em que são: requerente: Maria das Dores de Brito, casada, doméstica, residente em Vale de Éguas, freguesia de Almancil, desta comarca, e; requerido: CRISTÓVÃO GUERREIRO GOMES, agricultor, ausente em parte incerta, mas com o último domicílio conhecido no já referido sítio de Vale de Éguas — Almancil, é este requerido CITADO para no prazo de 8 dias, finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, contestar o pedido deduzido por sua mulher atrás identificada, que consiste em que seja suprido o consentimento do citando e autorizada a venda de 1/12 avos indivisos, em cada um dos seus prédios rústicos, sendo 2 no Semino e 2 nos Barros da Fonte Santa, todos da freguesia de Quarteira, desta comarca, inscritos na matriz predial daquela freguesia sob os artigos 524, 654, 821 e 824.

Loulé, 17 de Abril de 1978.

O Juiz de Direito,

a) Mário Meira Torres Veiga  
O Escrivão,  
a) Américo Guerreiro Correia

abre de par em par na nossa frente.

E nós, jornalistas amadores, que escrevemos apenas por carolice sem qualquer espécie de soldo ou compensação, temos que estar preparados para fugir dessas mesmas ratoeiras dando fortemente as mãos uns aos outros para que a força das nossas mãos seja a força da própria democracia.

É precisamente por causa destas ratoeiras e dos problemas que as mesmas possam trazer que a juventude só muito raramente faz ouvir a sua voz na Imprensa.

A juventude é de facto uma grande força a aproveitar. Há nela valores que de forma alguma se poderão deixar perder.

E é a nós, representantes de toda a Imprensa Regional que aqui estamos reunidos, que nos cabe a tarefa de incentivar essa mesma juventude a uma participação mais activa nesse mundo tão cheio de perigos mas ao mesmo tempo apaixonante, que se chama jornalismo. Um jornalismo como esse mestre que foi Sebastião Leiria que nós hoje recordamos ao prestar-lhe comovidamente a nossa mais sincera homenagem, tão alto soube elevar e tão bem soube dignificar.

Enfim, foi um encontro de onde saíram algumas decisões de fundo que oportunamente teremos a oportunidade de informar os nossos leitores.

Um encontro onde esteve reunida a fina flor do jornalismo algarvio, segundo as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Tavira proferidas na sessão de boas vindas que teve lugar no salão nobre daquela edilidade.

Uma organização perfeita dos aniversariantes mais uma vez demonstrou que Tavira continua a ter gente capaz e dinâmica à altura da sua própria estatua. Parabéns às gentes de Tavira.

Voltaremos ao assunto.

PEDRO GOMES

## Habilitação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL  
DE LOULÉ

## 1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno  
António da Rosa Pereira

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de hoje, lavrada de fls. 102 a 103, do livro n.º B-99, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de Emília Pires Marum, ou Emília Pires Marum Guerreiro, ocorrido no dia 6 de Junho do ano findo, no Hospital de Faro, freguesia da Sé, da cidade de Faro, natural da freguesia de Almancil, concelho de Loulé, habitualmente residente na povoação e freguesia dita de Almancil, casada segundo o regime da comunhão geral de bens, com José Francisco Guerreiro, actualmente seu viúvo, natural da freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé, residente na referida povoação de Almancil, sem parentes em linha recta, mas com testamento público, no qual fez vários legados, foi habilitado como herdeiro testamentário do remanescente da sua herança, seu marido, o referido José Francisco Guerreiro. Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 13 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,  
Fernanda Fontes Santana

## FARO - PORTIMÃO

## Colaboradoras/es

Empresa em expansão admite colaboradoras/es para sector comercial.

- Exige-se gosto por relações públicas
- Cultura média
- Boa apresentação
- Dinamismo

Proporciona-se condições económicas e de trabalho muito acima da média.

Entrevistas: dias 28 Abril e 2, 3 e 4 de Maio das 15 às 18 horas.

R. Frederico Lecor, 10-1.º Esq. — Telef. 25172 — Faro

## NADADORES-SALVADORES

## PRECISAM-SE

Para prestarem serviço nas praias de VILAMOURA, durante a próxima época balnear (Junho/Setembro).

Exige-se boa apresentação e idade entre 25 e 45 aos.

Conhecimento de Inglês e Francês, como cond. de prefer.

Vencimento compatível.

Resposta p/ LUSOTUR — Vilamoura



## NATÉRCIA & CARMO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL  
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno  
António da Rosa Pereira  
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório, por escritura de 6 do mês corrente, lavrada de fls. 86 a 87 v.º, do livro n.º B-99, de notas para escrituras diversas, foi constituída entre Natércia Gomes dos Santos Marques e Maria Lourenço do Carmo Correia Guerreiro, uma sociedade comercial, por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Natércia & Carmo, Limitada», tem a sua sede na Rua Projectada à Avenida Infante de Sagres, Lote Dois, quarto, frente, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, a partir desta data;

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da actividade de venda de vestuário e do comestíveis, designadamente frutas e peixe — mesmo sob a forma de comércio ambulante, com sujeição aos respectivos regulamentos — podendo ainda a sociedade explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acor-

dem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de cinquenta mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral;

2. Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas em conjunto de dois sócios gerentes, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer deles;

3. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — A cessão e divisão de quotas, é livre, entre os sócios; — a estranhos fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com oito

## OCEANO CLUBE — Empreendimentos

### Turísticos do Algarve, Lda.

QUARTO CARTÓRIO  
NOTARIAL DE LISBOA

Notário — Henrique Vaz  
Lacerda

CERTIFICO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO: — Que por escritura de 31 de Março de 1978, lavrada de folhas 98 a folhas 100 verso do livro número F-99, e de folhas um verso a folhas 3 do livro número F-100, ambos de notas para escrituras diversas deste Cartório, Portresort Investment N. V. e Ocean Bridge N. V., ambas sociedades comerciais constituídas nos termos e de harmonia com as leis das Antilhas Holandesas, ambas com sede em Curaçau, como únicas sócias que ficaram sendo da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «OCEANO CLUBE — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DO ALGARVE, LIMITADA», com sede no sítio do

dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 10 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Garrão, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e após cessões de quotas operadas por esta mesma escritura, alteraram por completo os seus estatutos, os quais passaram a ser os constantes dos artigos seguintes:

#### ESTATUTOS

ARTIGO PRIMEIRO — UM — A sociedade tem a denominação de OCEANO CLUBE — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DO ALGARVE, LIMITADA; podendo usar a denominação abreviada de Oceano Clube, Limitada.

DOIS — A sociedade tem a sua sede no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, concelho de Loulé;

TRÊS — A sociedade, mediante prévia deliberação do conselho de Administração, poderá estabelecer sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação em quaisquer outros locais do país, desde que o considere útil aos interesses sociais;

QUATRO — A sociedade, mediante prévia deliberação do conselho de administração poderá também transferir a sede social para qualquer outro local do País.

ARTIGO SEGUNDO — A duração da sociedade continua por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO — A sociedade tem por objecto:

a) o exercício de quaisquer actividades relacionadas com o turismo;

b) a compra e venda de prédios rústicos ou urbanos;

c) o aproveitamento, em todas as suas modalidades, de quaisquer imóveis, próprios ou alheios;

d) a indústria de construção civil;

e) a administração de bens alheios.

ARTIGO QUARTO — UM — O capital social é a quantia de TRINTA E CINCO MILHÕES DE ESCUDOS, estando representado pelos diversos valores do activo social sujeitos à obrigação do respectivo passivo conforme a escrituração e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: — uma quota de DEZASSETTE MILHÕES E QUINHENTOS MIL ESCUDOS, pertencente ao sócio Ocean Bridge N. V. e uma quota de DEZASSETTE MILHÕES E QUINHENTOS MIL ESCUDOS, pertencente ao sócio Portresort Investment N. V.

DOIS — Só por deliberação unânime de todos os sócios poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital. Qualquer sócio, poderá, porém, fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que os sócios acordarem em assembleia geral.

ARTIGO QUINTO — UM — É livre a cessão de quotas entre os sócios;

DOIS — A cessão de quotas, total ou parcial, a terceiros, só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento

da sociedade e de todos os sócios.

ARTIGO SEXTO — UM — A administração dos negócios sociais e a representação da sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, incumbem a um conselho de administração;

DOIS — O conselho de administração será composto por dois a sete membros eleitos em assembleia geral por períodos de três anos e reelegíveis;

TRÊS — O conselho de administração poderá nomear, de entre os seus membros, um presidente e um vice-presidente;

QUATRO — A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração;

b) Pela assinatura do vice-presidente do conselho de administração;

c) Pela assinatura conjunta de quaisquer dois dos seus administradores;

d) Pela assinatura de um administrador em conjunto com um procurador com poderes especiais para o efeito;

e) Pela assinatura de um ou mais procuradores nos termos e limites dos respectivos mandatos.

CINCO — A sociedade poderá nomear procuradores, que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites constantes dos respectivos mandatos.

SEIS — A sociedade não pode ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor ou em actos ou documentos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO SÉTIMO — As assembleias gerais, quando a lei não impuser forma especial de convocação, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, para as moradas constantes dos registos sociais, com antecedência não inferior a dez dias.

ARTIGO OITAVO — Os sócios que forem pessoas colectivas far-se-ão representar na sociedade, ou em qualquer cargo dela para que hajam sido eleitos, pela pessoa ou pessoas a quem a sua representação legalmente pertencer ou pela pessoa para o efeito indicada por escrito à sociedade em simples carta.

ARTIGO NONO — UM — Os balanços serão anuais e encerrados em trinta e um de Dezembro de cada ano.

DOIS — OS lucros líquidos neles apurados, depois de deduzida a percentagem para o Fundo de Reserva Legal, sempre que a tal houver lugar, serão postos à disposição da assembleia geral, para os fins que esta tiver por convenientes.

Está de conformidade com o original, e que na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Lisboa, seis de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O 3.º Ajudante do Cartório,  
Cremilde do Patrocínio  
Anacleto

## COMUNICADO

### AOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS E DA EDP

#### INTEGRAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

PUB.

Na altura própria, os meios de comunicação social referiram com o devido realce as conclusões do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Socialistas da Electricidade de Portugal — EDP, nomeadamente no tocante à intransigente defesa da transferência para esta Empresa das instalações e serviços de produção e distribuição de energia eléctrica explorados por autarquias locais, serviços municipalizados, federações de municípios e por pequenas empresas.

Apesar disso, o momento que actualmente se vive, caracterizado pela planificação e lançamento de profundas transformações sociais e económicas, justifica plenamente que se venha mais uma vez junto dos trabalhadores do sector de produção e distribuição de energia eléctrica, a fim de os sensibilizar para a magnitude e importância das questões postas e das medidas que o Governo deverá tomar, face à premissa de concretização de acções que visem ao desenvolvimento de um serviço público, como é a electricidade, essencial ao bem-estar dos povos e indispensável para o progresso do País.

E a melhor maneira de consciencializar todos os trabalhadores do sector, seja quais forem as suas tendências políticas, mobilizando-os no sentido de apoiarem os trabalhadores socialistas da EDP nas acções que se vêm desenvolvendo junto de diversas entidades, será dar-lhes a conhecer algumas das conclusões saídas do Encontro, já que elas objectivam os propósitos que nos animam:

1 — A constituição do II Governo Constitucional — que fez

incluir no seu programa a efectivação da transferência para a EDP dos serviços de pequena distribuição — deve possibilitar o lançamento de diplomas adequados, indispensáveis para se iniciar a integração.

2 — A situação que se viveu nos últimos meses anteriores à constituição do II Governo favoreceu, entretanto, dois tipos de contestação à integração: uma de carácter económico, por parte de algumas autarquias que incorrectamente consideram como propriedade sua serviços públicos suportados pelos contribuintes; outra, de carácter político, que em vista pôr em causa não só a nacionalização do sector, mas a sua socialização, pretendendo, através da distribuição de energia eléctrica, manter situações controladoras e fortalecer a influência do caciquismo local fazendo prevalecer entretanto a injustiça da diversidade de tarifas e de capacidades técnicas para servir as populações e actividades económicas.

3 — Se por virtude da integração, a indemnização às empresas privadas está plenamente justificada, já o mesmo não se passa quanto aos serviços explorados pelas autarquias, onde deverá prevalecer o interesse das populações e das actividades económicas utentes, não se sobrecarregando o custo da tarifa com encargos que só os contribuintes suportaram ao longo do tempo.

4 — A integração da pequena distribuição na EDP, ao abrigo do disposto nos Dec.-Lei n.º 205/G/75 e 502/76, tem que seguir uma planificação, com normas e prioridades bem definidas, que respeite a capacidade de absorção da EDP.

5 — A integração deverá visar sempre o melhor aproveitamento do conjunto de capacidades dispersas pelo País, sem atrair o conceito de descentralização, que se entenderá como a capacidade de, nos locais próprios, se tomarem as decisões responsáveis necessárias.

6 — Os trabalhadores da pequena distribuição — que merecem toda a solidariedade dos da EDP — têm sido os suportes da política de integração, perante as contestações à integração surgidas de diversos sectores, devido à ausência de actuação por parte do Governo.

7 — A integração levantará problemas que exigem:

a) o estabelecimento de prioridades para satisfação progressiva e planificada do calendário das integrações;

b) a organização de equipas da EDP para preparar os programas que se impõem;

c) a resolução dos problemas de integração dos trabalhadores;

d) e, finalmente, a elaboração de estatutos de equilíbrio técnico-económico da integração.

São estas as medidas que os trabalhadores socialistas da EDP querem ver rapidamente explicitadas, certos como estão de que elas tendem a proporcionar um bom serviço ao povo português e a melhorar as condições de vida dos trabalhadores da pequena distribuição.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES SOCIALISTAS DA ELECTRICIDADE DE PORTUGAL — E. D. P.



# Auxílio do Fundo Monetário Internacional

(continuação da pág. 1)

Todavia o F. M. I. não pode remeter-se a uma atitude cómoda. Cabe-lhe meditar profundamente no significado do papel para que foi criado.

Ser-lhe-ia mais vantajoso que no seio da democracia europeia, um dos seus náveis bastiões claudicasse e contraísse uma agonia vulnerável à regressão ditatorial?

Como se explicaria então os louváveis objectivos que o motivaram e que preconizam estimular, entre outros, a «expansão do comércio internacional e o estabelecimento de um elevado nível de empregos», o que pressupõe a impulsão de economias produtivas?

De reconhecer, entretanto, que lhe foi outorgada pela Conferência Financeira e monetária das Nações Unidas, que lhe deu substância em Julho de 1941, a autonomia própria e a faculdade de «discutir com os países filiados os problemas das suas balanças de pagamentos, da paridade das moedas, das restrições cambiais e da utilização dos seus recur-

sos», (Die de Polit., de Florence Eliote).

Certo. Mas daí a usar das suas prerrogativas como um «cavalo de batalha» e a conferir-se um papel inflexível que lhe advém da sua importância realmente promotora, pode distar uma boa distância.

Na exorbitância das suas exigências não incorrerá ela num excesso pragmático e num erro de cálculo, tantas vezes imputado ao capitalismo?

Somos levados a crer que sim. E por singular que pareça é a própria imprensa estrangeira que o sublinha sem reticências.

Referimo-nos ao «Times» (americano), que para explicar o transe da economia portuguesa, não hesita em relembrar pontos histórico-económicos cruciais, tais como «a perda das colónias, o aumento do preço do petróleo importado, a recessão da Europa e as incertezas resultantes de transformações políticas profundas».

E insurge-se com efeito com o F. M. I., por este insistir nas «restrições do crédito» impensá-

vel em situações de países em vias de desenvolvimento), na «desvalorização da moeda» (quando a mesma se encontra em declive) e na «redução drástica das despesas do governo» (quando ele ainda não reformou a máquina burocrática).

Um outro jornal, desta feita inglês, o «Guardian», critica o F. M. I., tributando-lhe propósitos de cobrar, em troca dos 50 milhões de dólares, uma «austeridade ruínosa, que o Governo não pode pôr em prática».

E comenta: «Portugal não pode suportar as condições exigidas, manter um nível de vida decente e sobreviver como democracia».

Repisamos: é a imprensa estrangeira que o diz. É admissível que outras versões menos abonatórias ao nosso país tenham sido nela inscritas.

Contudo, o que tanto o «Times» como o «Guardian» explicitam não deve andar afastado das realidades.

Por outro lado, segundo já foi referido na imprensa portuguesa, o F. M. I. surge agora à mesa das negociações, mais duro que em Novembro.

Por nossa parte renunciámos, como tantos outros, em entrar no coro das deplorações e críticas domésticas, neste aspecto particular.

O povo já repetidas vezes satirizou que «tristeza não pagam dívidas».

Não há dúvida de que a situação é grave e por isso mesmo pede intrepidez atilada de preferência ao derrotismo imobilista.

É preciso compreender que alguma coisa mais está em jogo do que os fundos do F. M. I.

Está o prestígio deste país. E se as suas condições mais «generosas» não conduzem senão ao estiolamento e ao estrangulamento lento da nação, como país independente, então que se repudie, simplesmente, o «auxílio» do F. M. I.

J. C. VIEGAS

## JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

### CARTÓRIO NOTARIAL DO CONCELHO DE OLHÃO

CERTIFICO para efeitos de publicação que por escritura de cinco de Abril do corrente ano, lavrada de folhas cento e dezoito verso a cento e dezanove verso do livro número A-CENTO E QUINZE, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Maria do Carmo Vilhena Sequeira e Serpa Leal Cabrita, foi constituída entre JOSÉ JOAQUIM VIEGAS NUNES, casado, residente em Juncals, freguesia e concelho de São Brás de Alportel e ÁLBIO FILIPE PINTO, casado, residente em Faro, na Rua Dr. Emílio da Costa, n.º 6, uma Sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de «FILIPE PINTO — SOCIEDADE DE HOTELARIA DO ALGARVE, LIMITADA», tem a sua sede na Rua Padre António Vieira, com os números setenta e quatro a setenta e oito de polícia, na vila de Loulé, freguesia de São Clemente a qual se rege pelo pacto constante da presente fotocópia e está conforme o original.

Cartório Notarial de Olhão, cinco de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O Ajudante,  
**António Gomes Relógio Júnior**

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a denominação de «FILIPE PINTO — Sociedade de Hotelaria do Algarve, Limitada», tem a sua sede na Rua Padre António Vieira, com os números setenta e quatro a setenta e oito de polícia, na vila de Loulé, freguesia de São Clemente, durará por tempo indeterminado e o seu início contar-se-á a partir do dia dois de Janeiro deste ano;

SEGUNDO: — O seu ob-

jecto é a actividade urbanística, turística e hoteleira ou qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar e a lei permita;

TERCEIRO: — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de MIL CONTOS e corresponde à soma de duas quotas do seguinte modo: uma de noventa e cinco e cinquenta contos pertencente ao sócio Albio Filipe Pinto e outra de cinquenta contos pertencente ao sócio José Joaquim Viegas Nunes;

QUARTO: — A gerência e administração dos negócios sociais ficam a cargo de ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes com dispensa de caução e com a retribuição que lhes for atribuída em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — Para obrigar a sociedade basta e é sempre exigida a assinatura do sócio Albio Filipe Pinto; porém em assuntos de mero expediente poderá assinar qualquer dos gerentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Qualquer gerente poderá delegar em quem entender mediante procuração ou outra forma de mandato, os seus poderes de gerência;

QUINTO: — A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre sócios e seus herdeiros, é livremente permitida; porém a estranhos depende do consentimento da sociedade;

SEXTO: — É dispensada a autorização especial da sociedade para a divisão de quotas, no caso de cessão ou de sucessão, entre sócios ou herdeiros de sócios;

SÉTIMO: — As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas ao sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo se a lei prescrever outra forma de convocação.

## O SENHOR SABE

MAS AINDA NÃO VERIFICOU QUE:



### NA INVERNIA, CARRO TAPADO COM CAPAS «RR» IGUAL A...

- Bateria protegida pega à primeira!
- Radiador seguro contra a congelação!
- Pintura livre de corrosão!

As únicas capas cardadas interiormente, o que as distingue Repelentes ao sol e à chuva

UM EXCLUSIVO DE ESTABELECIMENTOS:

**RODRIGUES & RODRIGUES, S. A. R. L.**

R. Nova do Carvalho, 79 — Tel. 37 22 21

Apartado 2199 — Lisboa-2

AGENTES EM LOULÉ:

**GARAGEM S. CRISTÓVÃO**

de Daniel José Angelino Castro

R. 1.º Dezembro, n.º 7 — Loulé

(2-1)

## A CONSTRUIR NO CENTRO DE LOULÉ



### Vendem-se apartamentos

T-O

## SANTOS & BARTOLOMEU, LIMITADA

### SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, o seguinte:

Que, por escritura de 7 do mês corrente, lavrada de fls. 103, v.º, a 105 v.º, do livro n.º C-99, de notas para escrituras diversas, do Cartó-

rio acima referido, o sócio da sociedade «Mealha, Santos & Bartolomeu, Lda., com sede no sítio de Vale Formoso, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, Fernando Manuel Faísca Mealha, dividiu a sua quota, do valor nominal de 50 000\$00, em duas novas quotas de 25 000\$00, cedendo cada uma delas a cada um dos restantes consócios, José Mendes dos Santos e

Leonardo Valério Bartolomeu, pelo que saiu da sociedade, renunciou à gerência, e não autorizou que o seu apelido continuasse a fazer parte da firma social;

Pela mesma escritura, foram unificadas as quotas dos actuais sócios — os cessionários — mudada a firma social de «Mealha, Santos & Bartolomeu, Lda.», para «Santos & Bartolomeu, Lda.», e, em consequência, alterados os artigos 1.º e 3.º do pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

Art.º 1.º — A sociedade passa a adoptar a firma «Santos & Bartolomeu, Lda.», tem a sua sede no sítio de Vale Formoso, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Art.º 3.º — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, e nos outros valores constantes da respectiva escrita é do montante de 150 000\$00, e está dividido em duas quotas iguais de 75 000\$00, pertencendo uma, a cada sócio.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 18 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,  
**Fernanda Fontes Santana**

## Artur Condinho & Guerreiro, Lda.

Face às necessidades de expansão exigida pelo crescente número de automobilistas que procuram os nossos serviços de assistência técnica, tornou-se imperioso abandonar as antigas e acanhadas oficinas para instalar a nossa firma na **URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL**, onde esperamos continuar a merecer a preferência de quem queira distinguir-nos com a sua preferência e amizade.

Para problemas de pneus prefira a firma especializada:

### TECNIPNEUS

URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL — TELEF. 62397

LOULÉ





POEMA NEGRO

«ANGOLA»

por LUÍS PEREIRA

Angola não foi diferente  
eles tomaram o trem  
apoderam-se das rédeas  
com suas mãos de anémia  
e a bomba explodiu  
assobios vivas e a orquestra  
tocou seu hino na praça dos  
foguetes  
depois os anúncios e as palestras  
as execuções e a ORDEM  
AQUI QUEM MANDA É O POVO  
PODER POPULAR ACÇÃO  
e as cidades transformaram-se  
em casebres abandonados  
o sangue correu pela mata  
calcetando o chão de raiva  
as crianças de G-3 em punho  
vendo perdidos seus pais  
esburacaram o céu cinzento  
tombando subitamente ao lado  
deles  
a rádio fala a TV anuncia  
LIBERDADE LIERDADE  
e as conversas são já o zunido  
das espingardas  
os cartazes rasgados mostram-nos  
os tanques  
a emissão é interrompida  
pelas fardas incômodas dos inva-  
sores  
Angola não foi diferente  
em todas as esquinas os deter-  
gentes políticos  
anunciam suas boas intenções  
mas a realidade é bem diferente  
renascem os glutões armam-se ca-  
valeiros  
e na praça dos foguetes  
a amnistia solta a canalha  
as palavras inúteis inventam a re-  
volução

e as armas destroem  
famílias sem lar  
aquarteladas nos troncos secos  
da floresta  
já não choram já não falam  
só esperam a fuga  
Angola não foi diferente  
de Praga ou de Santiago  
os edifícios são cavalariças  
prisões e hospitais psiquiátricos  
as ruas são agências de contami-  
nação  
os jardins campos de concentra-  
ção  
os becos são a denúncia  
os cartazes locados na praça  
dos foguetes  
são únicos  
PODER POPULAR ACÇÃO  
as indústrias fabricam armas  
e as relações diplomáticas  
são a comercialização de homens  
fardados  
os bairros e as comissões de vi-  
gilância  
afugentam as sombras inimigas  
descobrem o jogo e o vício  
e em qualquer parte  
um homem e uma mulher mos-  
tram sua identificação  
Angola não foi diferente,  
não  
a ditadura e a lei do mais forte  
violou o mundo e a morte de mi-  
lhares de seres  
passou indiferente nas hostes  
contagiadas  
pelo fanatismo adolescente da  
patrulha brejneviana  
Angola não foi diferente,  
NÃO.

CARTA A UM ZÉ NINGUÉM  
COMO EU

Por LUÍS PEREIRA

(continuação)

Mas, Zé Ninguém, acredita que  
não te critico como um Zé Nin-  
guém inimigo; critico-te como um  
teu grande amigo, um Zé Nin-  
guém como tu, que te fala com  
sinceridade porque conhece o Zé  
Ninguém que habita em si e acre-  
dita na sua própria libertação. Ela  
virá um dia Sei que vais chamar-  
me «burro», «filho da mãe» e vais  
bater palmas à presunção de ou-  
tros Zés Ninguéns que estão mor-  
tos espiritualmente e enchem-te  
a boca de rebuçados porque pre-  
cisam de ti. São ignorantes como  
tu, porque tu, Zé Ninguém, nun-  
ca foste boa companhia. Ao ten-  
tar ajudar-te, ajudar-me a mim  
próprio e ao Zé Ninguém que trago  
dentro de mim. Andas à procura  
da evidência, de agraças aos  
teus semelhantes, Zés Ninguéns,  
para que te aclamem e te batam  
nas costas como quem dá uma  
migalha a um pobre desprezado,  
contudo não tens força para te  
libertares a ti próprio e vais-te  
matando aos pouquinho. Tu re-  
conheces que o mundo é o re-  
flexo do teu espelho mas descul-  
pas-te com a sociedade, com  
Deus e o diabo. Sentes-te infeliz,  
vicias-te em algo que te prejudi-  
ca, não lutas pela vida com amor,  
o teu trabalho é improdutivo, co-  
piado da fraqueza de outros Zés  
Ninguéns. Se te falam de riqueza,  
de grandeza nacional, da honra da  
Pátria, enchem-te a boca e ris  
e dás «vivas» e bates palmas e  
corres de Norte a Sul e aclamas;  
mas se te falam na tua grandeza  
pessoal e se te apontam os erros,  
a tua fraqueza, se te dizem que  
és um Zé Ninguém, um fraco, um  
bebado, um viciado, um derrotado,  
zangas-te, andas à «porrada»  
e se necessário vais queixar-te à  
polícia, constituída por uma mão  
cheia de Zés Ninguéns como tu e  
como eu. Não, aceites o realismo,  
a vida; choca-te a verdade porque  
ela te fere e te desmascara.

E tu, Maria Ninguém, que apa-  
reces nos ecrãs televisivos, pin-  
tada, fumando liamba e pedindo  
apoio para o teu Movimento de  
Libertação, nem ao menos te  
apercebes que estás a revelar-te  
a Maria Ninguém que és, pois a  
tua liberdade é parcial, inferior,  
frustrada, mostrando bem claro a  
tua baixa e podridão, porque  
tu, Maria Ninguém, não assumes  
as responsabilidades de seres tu.  
O teu Movimento, ao ser movi-  
mento, revela com nitidez a tua  
inferioridade, pois se te sentisses  
alguém não necessitavas de orna-  
mentar a tua existência com mo-  
vimentos iguais a tantos outros  
das Marias e dos Zés Ninguéns de  
todo o Mundo. Tu, Zé Ninguém,  
só és responsável pela tua vida.  
Não ligués meia aos Zés Ninguéns  
que te responsabilizam pela hon-  
ra da Pátria. Tu não podes servir  
a Pátria enquanto não te liberta-  
res a ti próprio. Assim só cons-  
tróis nações destruídas pela  
guerra, pela miséria, pela fome,

porque continuas a ser um Zé  
Ninguém.

Não te ales com a tua família  
que passa fome, mas tens dinhei-  
ro para pagar as quotas do teu  
partido, proletário ou burguês  
(tanto faz), que apenas alimenta  
meia-dúzia de Zés Ninguéns com  
mais largueza de vista do que tu.  
Chamas-me, muitas vezes, comu-  
nista, fascista, anarquista ou de-  
mocrata, mas não queres tratar-  
me pelo meu nome porque sabes  
que te firo o íntimo com minhas  
verdades, sabes que te digo aqui-  
lo que sinto e que não ornameto  
as minhas ideias e opiniões com  
a fraseologia folclórica e multicolor,  
porque elas me saem da alma e  
do coração. Levo muitas noites  
sem dormir a pensar em ti, Zé  
Ninguém! Corres a processar-me  
no tribunal em que trabalhas quan-  
do te aponto o Zé Ninguém que  
és, persegues-me constantemente  
se me afastas da tua baixa, mas  
não tens coragem de me olhar de  
frente, não tens coragem de te  
retratares e de assumires as tuas  
responsabilidades. Preocupa-te  
muito mais com os olhos de ou-  
tros Zés Ninguéns da nossa ma-  
ligna sociedade do que contigo e  
tudo fazes para te revelares, para  
dares nas vistas, para que te dê  
o valor que nunca tiveste. Tu tens  
valor, Zé Ninguém, quando olhas  
dentro de ti! Mas continuas a dar  
«vivas» a «homens vulgares», a  
«homens comuns», quase sempre  
a doentes mentais como tu, por-  
que és um Zé Ninguém.

Escuta, Zé Ninguém como eu!  
Já há muito que terias derru-  
bado os que te oprimem e te  
dão a esmola que tu não renun-  
cias porque tens falta lá em casa,  
se conhecesses que és um Zé  
Ninguém como eu ou outro qual-  
quer e se assumisses as respon-  
sabilidades de seres tu. Tu podes  
libertar-te. Cada um pode liber-  
tar-se. Entretanto, foges constan-  
temente da sociedade, refugas-te  
no Mal que te domina. Abres a  
rádio, a televisão, lêes os jornais,  
vais ao café, acreditando somente  
nos cancros malignos que te en-  
chem as medidas quando pronun-  
ciam o teu nome. Esqueces que  
te chamas Zé Ninguém, que tens  
um nome porque toda a gente  
tem, que estás baptizado porque  
a tua família quis que te baptiza-  
ses porque já assim acontecera  
com os teus antepassados. Fe-  
chas-te interiormente, falas con-  
tigo, vives de uma bebida ou de  
uma conversa de chacha com ou-  
tro Zé Ninguém, ou de uma Ma-  
ria Ninguém igual a ti, que vive  
para te enganar com sua fraca  
consciência, que te caça algum,  
enquanto em casa a tua mulher  
e os teus filhos passam fome. É  
o destino cruel da existência hu-  
mana; cheia de contradições e on-  
de prevalece a burrice, a canalhi-  
ce, o negativo. Sim, Zé Ninguém!  
Se quiseres, tens força suficiente  
para aproveitares o Alguém que  
és e libertares-te do Zé Ninguém  
que te domina. Segue o Bem e

atira o Mal para o monturo. Po-  
des ser feliz, podes abraçar o  
Mundo, se em vez de olhares os  
outros Zés Ninguéns com inveja,  
fizeres do Zé Ninguém que és  
esse outro Alguém que desejais  
ser. Age sempre de acordo com  
o que te vai na alma pura. Não  
te enerves.

Tem calma. Não ligués à vida  
às avessas. Verificarás que te li-  
bertarás aos poucos desse Zé  
Ninguém que te domina e serás  
Alguém criado à semelhança do  
Verdadeiro Homem. Não corras  
feiras de saltimbancos politiqui-  
eros, desce do fanatismo e da ir-  
responsabilidade e faz do teu pen-  
sar, do teu sentir, do teu ver, do  
teu falar, o caminho da felicidade.  
Não acredites em libertadores; li-  
berta-te a ti próprio. Não assassi-  
nes os outros Zés Ninguéns co-  
mo tu; ajuda-te e ajuda-os a liber-  
tarem-se da baixa em que es-  
tão mergulhados. Procura enca-  
rar-te a ti próprio, porque o Mun-  
do, o futuro, pertence-te, Zé Nin-  
guém!

Eu não duvido que vais chamar-  
me nomes, cuspir-me na cara,  
chamar-me aquilo que eu não sou,  
mas pagarás caro pela tua injus-  
tiça, e irresponsabilidade de con-  
tinuares a ser o Zé Ninguém que  
és. Não pretendas ser igual a al-  
guém, procura seres tu. Talvez  
leias isto com atenção e amanhã  
venhas ter comigo dando-me ra-  
zão. Mas eu não quero a tua ra-  
zão, nem a minha. Quero que ca-  
da Zé Ninguém como tu e como  
eu, procure pela sua própria ra-  
zão de ser a sua própria liberta-  
ção. Quero que cada Zé Ninguém  
assuma as responsabilidades da  
sua existência. Quero que cada  
Zé Ninguém olhe dentro de si.  
Amanhã verificarás que és mais  
feliz, mais humano, mais aberto à  
sociedade, mais tu, mais Homem,  
se não ligares à existência erra-  
da.

Não sou psicólogo nem mora-  
lista nem coisa nenhuma, mas  
acredito, Zé Ninguém, que te co-  
nheço um pouco porque também  
eu sou um Zé Ninguém como tu  
e como tantos outros. Se preten-  
des dar-me a resposta de  
acordo com o que te vai no espí-  
rito, tenho a certeza que saíria  
uma carta idêntica a esta. Todos  
reconhecemos as nossas diferen-  
ças mas ninguém dá importância  
às nossas semelhanças. Somos  
todos uns Zés Ninguéns muito  
grandes. Não preciso de apontar  
a tua grandeza. Reconhece antes  
a tua fraqueza e liberta-te.

Acredito em ti, Zé Ninguém!  
Sinal que não estou morto e te-  
nho muita esperança nos Zés Nin-  
guéns de todo o Mundo.

— Um Zé Ninguém como tu —

«ARMAS EM BOAS MÃOS»

Foram encontradas 15 «G-3» nu-  
ma UCP do Alentejo, as quais ali  
tinham sido enterradas e pertenciam  
ao número das desviadas pelo  
famigerado capitão Fernandes.

I SEMANA DA COZINHA  
REGIONAL DO ALGARVE

Como remate da notícia que  
publicámos no nosso último nú-  
mero, divulgamos hoje as clas-  
sificações e as normas dos res-  
taurantes e particulares premia-  
dos:

PRATOS — Portimão — 1.º:  
Sopa de Amêndoa, Francisco Sá  
de Oliveira; Portimão — 2.º:  
Enxalvar de Raitamborolim, Alvaro  
Pereira da Silva; Loulé — 3.º:  
Lombo de Porco à Fígano, Alcino  
Marques Cardoso; Faro — 4.º:  
Pombo à moda de Tareja, Joa-  
quim Sousa Belchior, Lagos —  
5.º: Robalo à Gomes de Lagos,  
António Manuel Gomes; Faro —  
6.º: Perdiz à Vapor, Marília Palma  
Valente.

DOCES — Faro — 1.º: Bolo do  
Céu, Odete Ramos Pratas Nobre;  
Loulé — 2.º: Pastéis de Batata  
Doce, Georgina Maria Anica; La-  
gos — 3.º: Bolas de Ovos, Fran-  
cisca da Cruz Reis; Loulé — 4.º:  
Carrasquinhas, Albertina Palma  
Madeira; Albufeira — 5.º: Queijo  
de Figo, Laura Ramos; Albufeira  
— 6.º: Doce Regional do Algarve,  
Maria Margarida Duarte.

RESTAURANTES — 1.º: Esta-  
lagem da Cegonha — Vilamoura  
(Loulé). Ementa: Sopa de Legu-  
mes, Papas de Milho à Algarvia,  
Bolo de Mel do Algarve, 180\$00.  
2.º: Restaurante Promontório —  
Sagres (Lagos). Ementa: Sopa de  
Peixe à Moda de Sagres, Caldei-  
rada à Pescador, Morgado do Al-  
garve Real, 150\$00. 3.º: Cerveja-  
ria Pombalina (Vila Real de Santo  
António). Ementa: Creme de To-  
mate, Bife de Atum à Pombalina,  
Pudim de Claras, 120\$00. 4.º ex-  
aéquo: Restaurante Roque — Ilha  
de Faro (Faro). Ementa: Sopa de  
Peixe, Arroz de Lingueirão, Doce  
de Amêndoa e Gila, 130\$00. Res-  
taurante Panorama — Cerro da  
Piedade (Albufeira). Ementa: So-  
pa Regional, Lulas Recheadas à  
Albufeira Jardim, Bolo Amélia,  
170\$00. Restaurante a Feitoria —  
Portimão (Portimão). Ementa: So-  
pa de Marisco, Lulas à Barlaven-  
to, Esperança Algarvia, 250\$00.

Não podemos deixar de felici-  
tar os promotores duma iniciativa  
a todos os títulos meritória, pois

consideramos extremamente im-  
portante reavivar no Algarve o  
gosto pela cozinha tipicamente  
regional.

Os forasteiros que visitam ou-  
tras regiões têm uma natural ten-  
dência para conhecer os pratos  
típicos que aí se confeccionam.  
É por isso de transcendente im-  
portância que os nossos resta-  
urantes procurem servir pratos re-  
gionais pois é particularmente in-  
fluente a propaganda que se po-  
de fazer duma região através do  
gostinho da sua comida!

A iniciativa é válida, mas con-  
tudo será desejável que esta pri-  
meira experiência dos promotores  
da ideia sirva de proveitosa lição  
para anos futuros, evitando fla-  
grantes erros que foram facilmen-  
te detectáveis para quem acom-  
panhou as várias fases do con-  
curso.

De salientar a vistosa actuação  
do Grupo Folclórico Infantil de  
Loulé que fez uma brilhante ac-  
tuação na Aldeia das Açoteias.  
Foram bem merecidos os aplau-  
sos que lhe foram tributados.

Banda dos Bombeiros Voluntários  
de Torres Vedras

Desde tempos distantes que a  
população de Loulé sente um ca-  
rinho muito especial pelas ban-  
das de música e por isso sabe  
vibrar de entusiasmo não só pela  
actuação dos elementos locais  
como também quando Loulé é vi-  
sitada por bandas de fora.

Não é por isso de estranhar  
que tivesse calado bem fundo em  
todos nós a presença da ex-  
celente Banda dos Bombeiros Vo-  
luntários de Torres Vedras du-  
rante as festas em honra de  
Nossa Senhora da Piedade.

Assim, quer tocando pelas ruas  
da Vila em simpático gesto de  
saudação, quer nos concertos  
realizados nas noites de sábado  
e domingo no coreto improvisado  
junto ao Monumento a Duarte Pa-

checo, a actuação da Banda vi-  
sitante deixou a melhor das im-  
pressões pela excelente execu-  
ção dos seus 50 elementos, o  
que representa para os louletas  
uma certa pontinha de orgu-  
lho por saberem que parte dessa  
afinação se deve a quem nasceu  
em Loulé. Referimo-nos ao nosso  
prezado amigo sr. Mário Marques  
que ao longo da sua vida se tem  
consagrado à difícil e apaixonante  
arte de Mozarte.

Para ele vão as nossas felici-  
tações pelo nível atingido pela  
banda que rege e nossos agrade-  
cimentos pela gentileza de se ter  
deslocado à redacção de «A Voz  
de Loulé» a apresentar cumprimen-  
tos de saudação da «sua»  
Banda.

2.º ENCONTRO DE COROS DO ALGARVE

EM LOULÉ — NA IGREJA MATRIZ

DIA 29 DE ABRIL — PELAS 21.30 HORAS

MOEDAS DE 25\$00

Acabam de ser postas em cir-  
culação novas moedas de cupro-  
níquel com o valor facial de 25  
escudos, para substituir progres-  
sivamente, as actuais notas de 20  
escudos.

A nova moeda apresenta, no  
anteverso, uma cabeça circunda-

da pela legenda «Liberdade-De-  
mocracia», enquanto no reverso  
tem o escudo das armas nacio-  
nais e o número 25 na parte cen-  
tral, com a legenda «República  
Portuguesa» e, na parte inferior,  
a palavra «escudos».